



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SECRETARIA REQUISITANTE Secretaria Municipal de Segurança Pública

SERVIDOR RESPONSÁVEL: Hélio Luiz Pimentel Júnior – Gerente – Matrícula nº 11.479

CONTATO: coordenacaodeaquisicoes@sabara.mg.gov.br

1. INTRODUÇÃO

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) elaborado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, tem por finalidade identificar, analisar e comparar os cenários para o atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Educação, descrita no item 3, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

2. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP

Lei Federal nº 14.133/2021

“A Lei 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos, que estabelece as balizas legais para planejamento das contratações públicas em consonância com os princípios do Direito Administrativo, objetivando a apresentação da melhor solução para atendimento do interesse público relacionado à contratação pretendida.

*O Art. 18, § 1º, Inciso I da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) estabelece que o processo de planejamento da contratação deve conter, entre outros itens, a **descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar (ETP)** que caracterize o interesse público envolvido, sendo um dos elementos cruciais para justificar a licitação e a escolha da modalidade, modalidade e critério de julgamento.”*

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Este estudo técnico preliminar tem como objetivo justificar a necessidade de contratação de empresa para fornecimento de material escolar e de expediente, visando suprir as demandas das unidades de ensino da Rede Pública do Município. A proposta visa garantir a eficiência na aquisição de materiais essenciais, promover a economicidade e assegurar a qualidade dos produtos fornecido. Este documento busca apresentar a relevância dessa aquisição, as condições necessárias e os benefícios esperados para a comunidade escola.

Este documento apresenta o estudo técnico preliminar que serve essencialmente para assegurar a viabilidade da contratação e embasar o Termo de Referência nos termos da Lei nº 14.133/2021.



A disponibilização de equipamentos e materiais de informatização é indispensável para fortalecer o processo de ensino e aprendizagem, possibilitando a utilização de recursos tecnológicos que favoreçam a inovação das práticas pedagógicas, a inclusão digital e o desenvolvimento das competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, esses recursos contribuem para aprimorar a gestão escolar, a comunicação institucional e o suporte às atividades desenvolvidas por professores, estudantes e equipe administrativa.

A necessidade da contratação encontra respaldo na Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), que estabelece, em seu artigo 4º, como dever do Estado assegurar padrões mínimos de qualidade do ensino, compreendidos como a variedade e a quantidade de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, a disponibilização de recursos tecnológicos constitui elemento essencial para garantir uma educação pública de qualidade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a importância da integração das tecnologias digitais ao processo educacional, promovendo o desenvolvimento de competências relacionadas ao uso crítico, ético e responsável das tecnologias, bem como incentivando práticas pedagógicas inovadoras e alinhadas às demandas da educação contemporânea.

Da mesma forma, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) estabelece metas voltadas à melhoria da qualidade da educação, prevendo investimentos em infraestrutura, equipamentos e recursos tecnológicos capazes de contribuir para a modernização das unidades escolares e para o fortalecimento dos processos de ensino e aprendizagem.

Assim, a presente contratação visa suprir as necessidades identificadas nas unidades escolares da rede municipal, proporcionando melhores condições para o desenvolvimento das atividades educacionais, ampliando o acesso às tecnologias digitais, promovendo a inclusão digital e garantindo um ambiente escolar mais moderno, eficiente e adequado às necessidades de estudantes, professores e demais profissionais da educação.

4. PREVISÃO DA DEMANDA NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PCA) DE 2026:

O objeto a ser contratado pela administração encontra-se previsto no Plano de Contratações Anual – PCA de 2026, solicitada pela Secretaria Municipal de Educação, número 3527/2026.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em atendimento ao disposto no art. 18, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, realizou-se o levantamento preliminar de mercado com o objetivo de identificar a existência de empresas aptas a prestar serviços, qualificação cadastral, viabilidade da contratação e subsidiar a definição da solução mais adequada e eficiente para o Município de Sabará.

Foi realizada pesquisa de mercado, a qual além de demonstrar a compatibilidade com os valores praticados pelo mercado, permite ratificar que a pretendida contratação é mais vantajosa, ante a economicidade, a celeridade e rapidez em realizar a aquisição para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Segurança Pública.



As cotações preliminares e informações disponibilizadas pelas empresas pesquisadas permitiram constatar que o serviço possui padrão de mercado bem definido, com variação de preços compatível com a complexidade das atividades a serem executadas.

Destaca-se, que a contratação pretendida tendo como base a solicitação para atendimento da Secretaria Municipal de Segurança Pública, está de acordo com o previsto no orçamento anual.

5.1 – IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

Id	Descrição da solução
1	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS
2	REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO CONVENCIONAL PARA AQUISIÇÃO
3	ADESÃO A ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS EXTERNAS

5.2 – ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

No processo de avaliação da solução mais eficiente e adequada para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, foram analisadas diversas alternativas, levando-se em conta os princípios da economicidade, eficiência, continuidade do serviço público e viabilidade jurídica da contratação.

Inicialmente, considerou-se a hipótese de locação de equipamentos pelo Município. Contudo, essa alternativa revelou-se inviável sob o ponto de vista operacional, tendo em vista o recurso disponibilizado contempla a aquisição.

A segunda possibilidade analisada foi a realização de licitação convencional, por meio das modalidades de concorrência ou pregão eletrônico. Todavia, esta opção apresenta um trâmite processual extenso, o que comprometeria a pronta necessidade em disponibilizar os equipamentos essencial para a prestação dos serviços.

Por fim, foi avaliada a alternativa de adesão a atas de registro de preços externas, oriundas de outros entes federativos. Essa solução foi considerada a mais compatível com a solução esperada, especialmente no que se refere às especificações técnicas da aquisição, ao regime de fornecimento, à disponibilidade operacional e à logística de atendimento exigida pelo Município de Sabará.

A alternativa escolhida permite a contratação de fornecedores previamente credenciados, mediante procedimento público de seleção e com preços tabelados regionalmente.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação dar-se-á por meio de adesão à Ata de Registro de Preços, com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação por adesão observará:

- a anuência prévia do órgão gerenciador da ata;
- a concordância da empresa detentora do registro de preços;
- a comprovação da vantajosidade da contratação;
- a compatibilidade das especificações técnicas da ata com as necessidades da Administração Municipal;



- a disponibilidade quantitativa do item registrado;
- e os limites legais previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

O instrumento contratual a ser celebrado será formalizado em conformidade com os normativos de regência e com as cláusulas e condições estabelecidas nos documentos integrantes do processo administrativo.

A execução do objeto ocorrerá, mediante o fornecimento de materiais e equipamentos de informatização destinados à montagem de kits de informatização para as salas de aula das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Sabará, em estrita conformidade com as especificações técnicas, os quantitativos, os valores, os prazos e as demais condições estabelecidas no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços nº 12/2025 e no instrumento contratual.

O fornecimento será realizado de forma integral, em parcela única, mediante emissão de Ordem de Fornecimento pela Administração, desde que essa condição esteja de acordo com o previsto no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual. A Ordem de Fornecimento indicará, conforme necessário, os itens, quantitativos, locais de entrega e demais informações necessárias à execução do fornecimento.

A contratada deverá entregar os materiais nos locais indicados pela Administração, dentro do prazo estabelecido na Ordem de Fornecimento e no instrumento contratual, observadas as condições de transporte, acondicionamento, armazenamento e segurança necessárias à preservação da integridade dos produtos.

Os materiais deverão ser entregues novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, devidamente acondicionados em embalagens apropriadas, acompanhados de nota fiscal, manuais de utilização e demais documentos exigidos, bem como dos certificados, registros, licenças ou comprovantes de conformidade eventualmente previstos na legislação ou nas especificações do objeto.

No ato da entrega, os materiais serão submetidos à conferência quantitativa e qualitativa pela Administração, que verificará sua conformidade com as especificações, marcas ou referências eventualmente admitidas, quantidades, condições de funcionamento e demais requisitos estabelecidos na contratação. O recebimento provisório não implicará a aceitação definitiva dos produtos nem afastará a responsabilidade da contratada pela sua qualidade e conformidade.

Constatada qualquer divergência, avaria, defeito, inadequação ou desconformidade com as exigências da contratação, a Administração poderá recusar o recebimento dos materiais, total ou parcialmente, devendo a contratada providenciar, às suas expensas e no prazo estabelecido pela fiscalização, a substituição ou regularização dos itens recusados, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas e sanções cabíveis.

O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação do atendimento integral das condições contratadas, mediante atesto do responsável pelo acompanhamento ou pela fiscalização da contratação, observado o procedimento previsto no Termo de Referência e no instrumento contratual.

A contratada será responsável por todos os custos relacionados ao fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga, seguros, tributos, encargos trabalhistas,



previdenciários, comerciais e demais despesas necessárias à entrega dos materiais nos locais indicados pela Administração.

Os materiais deverão ser acompanhados dos respectivos termos e condições de garantia, quando aplicáveis, observados os prazos estabelecidos pelo fabricante, pela legislação vigente, pelo Termo de Referência, pela Ata de Registro de Preços e pelo instrumento contratual. Durante o período de garantia, a contratada deverá providenciar, sem ônus para a Administração, a correção de defeitos ou a substituição dos itens que apresentarem vícios, falhas ou funcionamento inadequado, conforme as condições estabelecidas na contratação.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação por meio da adesão à Ata de Registro de Preços revela-se como a alternativa mais eficiente, segura e juridicamente adequada para atendimento da necessidade administrativa apresentada pela Secretaria Municipal de Segurança Pública de Sabará/MG, consistindo no fornecimento do objeto da contratação, com flexibilidade, economicidade e respaldo legal.

Do ponto de vista econômico e operacional, a solução apresenta clara vantajosidade em comparação com outras alternativas avaliadas. Os preços estabelecidos pela ata de registro de preço são definidos com base em ampla pesquisa de mercado e refletem valores compatíveis.

A contratação permite, ainda, resposta célere às demandas emergenciais, conferindo agilidade e continuidade à prestação dos serviços públicos essenciais, sem prejuízo à legalidade e com total controle administrativo sobre a execução.

Diante de todo o exposto, conclui-se que a contratação se encontra plenamente amparada no ordenamento jurídico, tecnicamente fundamentada, economicamente vantajosa e estrategicamente adequada à realidade do Município de Sabará/MG, devendo ser formalizada nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos correlatos.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Dentro do presente estudo, foram analisados os históricos dos quantitativos de aquisições anteriores deste órgão e restaram incorporados nesta contratação em análise, bem como fora ponderada a possibilidade de uma margem prudente do aumento de quantitativo, em razão da expansão dos serviços públicos praticados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CEP	UN. MEDIDA	QUANT.
1	PROJETOR MULTIMÍDIA , 4000 LUMENS, WI-FI, POSSUI 2 PORTAS HDMI, PARA CONECTIVIDADE DIGITAL, MULTIPLATAFORMA, RESOLUÇÃO SVGA DE 800 X 600 DPI, CONTRASTE 20000:1, PROJEÇÃO 0,80 A 10 METROS (30" - 350"), 100/240V – BIVOLT AUTOMÁTICO.	097.08.0130	UND	394
2	TELA PROJEÇÃO TELA PARA PROJEÇÃO BRANCA COM VERSO PRETO BLACKOUT E ESTOJO DE	097.08.0131	UND	394



	ARMAZENAMENTO BRANCO /BORDAS PRETAS PARA MELHOR ENQUADRAMENTO DA IMAGEM. DIMENSÕES: 2,03 X 1,52M COMPOSIÇÃO: FERRO E PVC BRANCO VOLTAGEM: 220V AJUSTE DE ALTURA: SIM			
3	NOTEBOOK 6 NÚCLEOS E 12 THREADS, SSD 256GB, 8GB, DDR4 2400MHZ, ENTRADA RJ- 45, PLACA DE VÍDEO.	097.08.0132	UND	394
4	CAIXA DE SOM 400W, POTÊNCIA: 400W RMS, MÚLTIPLAS CONEXÕES USB/AUX/MIC/GUITAR), TRANSMISSÃO VIA BLUETOOTH	097.07.0051	UND	394

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estimativa dos valores unitários da contratação, com base em pesquisa de mercado de acordo com a previsão do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 1.787/2023 a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida (de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção), tem-se como valor **R\$ 5.588.700,88**, conforme memória de cálculo dos valores unitários a seguir e com base no banco de preços.

ITENS	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
1	PROJETOR MULTIMÍDIA , 4000 LUMENS, WI-FI, POSSUI 2 PORTAS HDMI, PARA CONECTIVIDADE DIGITAL, MULTIPLATAFORMA, RESOLUÇÃO SVGA DE 800 X 600 DPI, CONTRASTE 20000:1, PROJEÇÃO 0,80 A 10 METROS (30" - 350"), 100/240V – BIVOLT AUTOMÁTICO.	UND	394	R\$4.982,75	R\$1.963.203,50
2	TELA PROJEÇÃO TELA PARA PROJEÇÃO BRANCA COM VERSO PRETO BLACKOUT E ESTOJO DE ARMAZENAMENTO BRANCO /BORDAS PRETAS PARA MELHOR ENQUADRAMENTO DA IMAGEM. DIMENSÕES: 2,03 X 1,52M COMPOSIÇÃO: FERRO E PVC BRANCO VOLTAGEM: 220V AJUSTE DE ALTURA: SIM	UND	394	R\$2.274,76	R\$896.255,44
3	NOTEBOOK 6 NÚCLEOS E 12 THREADS, SSD 256GB, 8GB, DDR4 2400MHZ, ENTRADA RJ- 45, PLACA DE VÍDEO.	UND	394	R\$5.434,09	R\$2.141.031,46
4	CAIXA DE SOM 400W, POTÊNCIA: 400W RMS, MÚLTIPLAS CONEXÕES USB/AUX/MIC/GUITAR), TRANSMISSÃO VIA BLUETOOTH	UND	394	R\$1.492,92	R\$588.210,48
TOTAL:				R\$14.184,52	R\$5.588.700,88



10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Para a adequada execução da contratação, foram analisadas as providências administrativas necessárias, considerando a natureza do objeto e a estrutura da Administração.

Não há necessidade de capacitação específica adicional para os agentes designados como gestores e fiscais do contrato, uma vez que se trata de aquisição de bens comuns, com rotinas de acompanhamento já consolidadas no âmbito da Administração Pública Municipal.

No que se refere à operacionalização da solução, não há exigência de instalação complexa ou integração sistêmica para a maior parte dos itens, especialmente no caso de mobiliário.

Entretanto, para os equipamentos eletroeletrônicos (tais como televisores, projetores, impressoras e similares), poderá ser necessária a realização de procedimentos básicos de instalação, configuração inicial e adequação ao ambiente físico das unidades escolares.

Adicionalmente, poderá ser necessário orientar os servidores das unidades escolares quanto ao uso adequado dos equipamentos adquiridos, de modo a garantir sua correta utilização, conservação e maior vida útil, sem que isso configure obrigação formal de treinamento por parte do contratado, salvo quando expressamente previsto no Termo de Referência.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A opção pelo não fracionamento da contratação na presente licitação se fundamenta no princípio da indivisibilidade dos produtos, que deverão ser fornecidos por um único fornecedor, evitando situações conflitantes, dificuldades na fiscalização, responsabilização, controle e gestão dos serviços.

Além disso, a escolha está em conformidade com a Lei 14.133/2021, reforçando os princípios de eficiência, competitividade e economicidade nas contratações públicas.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A presente contratação não exige contratação correlata/interdependente, diante da natureza do objeto e suas especificações.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Possíveis impactos ambientais relativos à aquisição de equipamentos:

A aquisição de eletrodomésticos, impressoras e outros equipamentos eletrônicos pode gerar diversos impactos ambientais ao longo de todo o ciclo de vida desses produtos, desde a extração da matéria-prima até o descarte final.

Esses impactos envolvem consumo de recursos naturais, emissão de poluentes, geração de resíduos e aumento do consumo energético.

Um dos principais impactos ocorre na fase de fabricação, uma vez que, a produção de eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos exige grande quantidade de matérias-primas, como metais, plástico, vidro e componentes eletrônicos.



A extração desses recursos naturais pode provocar desmatamento, degradação do solo, contaminação da água e perda da biodiversidade e além disso, processos industriais demandam elevado consumo de energia e água, contribuindo para a emissão de gases de efeito estufa e para o aquecimento global.

Outro aspecto relevante é o transporte desses produtos, uma vez que, muitos equipamentos são fabricados em locais distantes dos centros consumidores, exigindo transporte rodoviário, marítimo ou aéreo e esse deslocamento gera emissões de dióxido de carbono (CO₂) e outros poluentes atmosféricos, aumentando os impactos ambientais associados ao consumo.

Durante o uso dos equipamentos, também há impactos importantes, visto que, eletrodomésticos antigos ou menos eficientes consomem maior quantidade de energia elétrica, o que pode aumentar a demanda por geração de energia, especialmente em sistemas dependentes de combustíveis fósseis.

Impressoras, por exemplo, além do consumo de energia, utilizam cartuchos de tinta e papel, contribuindo para a geração de resíduos sólidos e para o consumo de recursos florestais.

O descarte inadequado desses equipamentos representa outro grande problema ambiental, chamado lixo eletrônico, que contém substâncias tóxicas, como chumbo, mercúrio e cádmio, que podem contaminar o solo e os lençóis freáticos quando descartados incorretamente.

Além disso, muitos componentes eletrônicos possuem baixa taxa de reciclagem, aumentando o volume de resíduos acumulados em aterros sanitários.

Outro impacto associado é a obsolescência programada e o consumo excessivo, pois, a constante substituição de aparelhos por modelos mais modernos estimula o aumento da produção industrial e da geração de resíduos, mesmo quando os equipamentos antigos ainda possuem condições de uso.

Mitigação dos impactos ambientais relativos à aquisição de equipamentos:

As medidas mitigadoras relacionadas aos impactos ambientais causados pela aquisição e utilização de eletrodomésticos, impressoras e outros equipamentos eletrônicos têm como objetivo reduzir os danos ao meio ambiente em todas as etapas do ciclo de vida desses produtos. Essas medidas envolvem ações de planejamento, consumo consciente, eficiência energética, reutilização e descarte adequado.

Uma das principais medidas mitigadoras é a adoção de critérios sustentáveis na aquisição dos equipamentos, dando preferência por produtos com selo de eficiência energética, como os classificados pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), contribui para a redução do consumo de energia elétrica e, conseqüentemente, diminui a emissão indireta de gases de efeito estufa, além disso, a escolha de equipamentos mais duráveis, com maior vida útil e possibilidade de manutenção, reduz a necessidade de substituições frequentes.

Outra medida importante é a racionalização do consumo, uma vez que, o uso consciente dos equipamentos, desligando aparelhos quando não estiverem em uso e utilizando modos econômicos de operação, reduz o desperdício de energia.

A reutilização e a manutenção preventiva também são medidas eficazes, já que, equipamentos em bom estado podem ser reaproveitados por outros setores, doados ou



recondicionados, prolongando sua vida útil e reduzindo a geração de resíduos eletrônicos, sendo certo que, a manutenção periódica evita falhas prematuras e melhora o desempenho energético dos aparelhos.

O gerenciamento adequado dos resíduos eletrônicos é outra medida fundamental, uma vez que, equipamentos inutilizados devem ser encaminhados para empresas especializadas em reciclagem ou para pontos de coleta autorizados, garantindo a destinação ambientalmente correta dos componentes, o que reduz os riscos de contaminação do solo e da água por metais pesados e substâncias tóxicas presentes nos eletrônicos.

Também é importante que fabricantes e fornecedores adotem práticas de logística reversa, promovendo o recolhimento de equipamentos antigos, cartuchos e baterias para reciclagem ou reaproveitamento de materiais, o que contribui para a economia circular e para a redução da extração de recursos naturais.

Além disso, ações de educação ambiental e conscientização dos usuários são essenciais para incentivar práticas sustentáveis no ambiente doméstico e corporativo, tais como campanhas educativas, que podem estimular hábitos de consumo responsável e descarte adequado dos resíduos eletrônicos.

Por fim, a adoção de políticas institucionais de sustentabilidade, incluindo compras verdes e critérios ambientais em processos de aquisição, fortalece a redução dos impactos ambientais associados ao uso de equipamentos eletroeletrônicos. Assim, a implementação dessas medidas mitigadoras contribui significativamente para minimizar os impactos ambientais, promover o uso racional dos recursos naturais e incentivar práticas mais sustentáveis de consumo e gestão de resíduos.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Diante de toda a análise desenvolvida neste Estudo Técnico Preliminar, devido à necessidade do objeto pretendido e atendimento a legislação atual, não se vislumbra elementos contrários à solução proposta, logo a presente contratação se configura tecnicamente **VIÁVEL** e necessária por atender ao interesse público, demonstrar vantajosidade econômica e possibilitar atendimento tempestivo da demanda da rede municipal de ensino.


Hélio Luiz Pimentel Júnior
Chefe de Setor
Matrícula nº 11.479

APROVO ESTE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E DETERMINO O INÍCIO DA IMEDIATA ELABORAÇÃO DO(S) RESPECTIVO(S) TERMO(S) DE REFERÊNCIA(S)

Sabará, 02 de outubro de 2026.


Gisele dos Reis Crispim
Coordenadora de Aquisições
Gerência de Serviços Compartilhados



MAPA DE RISCOS

FASE DE ANÁLISE				
Planejamento da Contratação		Seleção do Fornecedor		Gestão do contrato
RISCO 01: Termo de Referência deficiente e inconsistente.				
Termo de Referência deficiente e inconsistente - Deficiência entre especificações técnicas e modelos disponíveis no mercado.				
Probabilidade				
Muito baixa	Baixa X	Média	Alta	Muito Alta
Impacto				
Insignificante	Pequeno X	Moderado	Grave	Gravíssimo
Classificação				
Pequeno X	Moderado	Alto	Extremo	
Danos:				
Execução do objeto em desacordo com a real necessidade do Município, resultando em retrabalho, aditivos contratuais desnecessários e potencial não cumprimento das obrigações fiscais.				
Ações Preventivas		Responsável		
Revisão do Termo de Referência;		Gerência de Serviços Compartilhados		
Pesquisa em contratos semelhantes;		Gerência de Serviços Compartilhados		
Ações de Contingência		Responsável		
Reexame de documentos durante o planejamento da contratação.		Gerência de Serviços Compartilhados		
RISCO 02:				
Falta de disponibilidade orçamentária para a execução do objeto				
Probabilidade				
Muito baixa	Baixa X	Média	Alta	Muito Alta
Impacto				
Insignificante	Pequeno X	Moderado	Grave	Gravíssimo
Classificação				
Pequeno X	Moderado	Alto	Extremo	
Danos:				
Impossibilidade de realizar a contratação.				
Ações Preventivas		Responsável		
Analisar a disponibilidade de recursos antes de iniciar o processo de compra		Secretaria Demandante		
Atualizar frequentemente as pesquisas de preços para evitar distorções entre o valor cotado e o orçamento disponível.		Secretaria Demandante		
Ações de Contingência		Responsável		
Reexame de documentos durante o planejamento da contratação.		Gerência de Serviços Compartilhados		
RISCO 03:				
Descontinuidade de fornecimento devido a fatores de mercado (escassez, importação, etc)				
Probabilidade				
Muito baixa	Baixa X	Média	Alta	Muito Alta
Impacto				

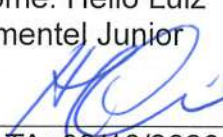


Insignificante	Pequeno X	Moderado	Grave	Gravíssimo
Classificação				
Pequeno X	Moderado	Alto	Extremo	
Danos:				
Atraso ou não entrega do objeto da aquisição.				
Ações Preventivas		Responsável		
Previsão de múltiplos fornecedores e ampla pesquisa de mercado;		Gerência de Serviços Compartilhados		
Ações de Contingência		Responsável		
Nova licitação ou adesão emergencial a ata compatível		Gerência de Serviços Compartilhados		
RESPONSÁVEL(IS) PELO MAPA DE RISCOS				
Nome: Helio Luiz Pimentel Junior 		Cargo: CHEFE SETOR		Secretaria Municipal de Planejamento Desenvolvimento e Gestão – Gerência de Serviços Compartilhados
FASE DE ANÁLISE				
Planejamento da Contratação		Seleção do Fornecedor		Gestão do contrato
RISCO 01:				
Inadimplemento contratual do fornecedor				
Probabilidade				
Muito baixa X	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
Impacto				
Insignificante	Pequeno X	Moderado	Grave	Gravíssimo
Classificação				
Pequeno X	Moderado	Alto	Extremo	
Danos:				
Interrupção do fornecimento, prejuízos ao erário/organização e necessidade de contratação emergencial				
Ações Preventivas		Responsável		
Analisar o histórico do fornecedor, exigir referências e verificar a estabilidade financeira		Setor de Licitações		
Ações de Contingência		Responsável		
Rescisão do contrato e realização de nova contratação		Setor de Licitações		
RISCO 02: Não Atendimento à Exigência de Qualificação Técnica.				
Falha na apresentação de Certidões Negativas obrigatórias.				
Probabilidade				
Muito baixa X	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
Impacto				
Insignificante	Pequeno X	Moderado	Grave	Gravíssimo
Classificação				
Pequeno X	Moderado	Alto	Extremo	
Danos:				
Incapacidade de atender à necessidade pública que originou o contrato.				
Ações Preventivas		Responsável		



Exigir <i>Atestados de Capacidade Técnica</i> em limites razoáveis, conforme a jurisprudência do TCU (Tribunal de Contas da União).	Setor de Licitações			
Ações de Contingência	Responsável			
Realizar diligências para verificar a veracidade dos atestados apresentados.	Setor de Licitações			
RESPONSÁVEL(IS) PELO MAPA DE RISCOS				
Nome: Helio Luiz Pimentel Junior 	Cargo: CHEFE SETOR	Secretaria Municipal de Planejamento Desenvolvimento e Gestão – Gerência de Serviços Compartilhados		
FASE DE ANÁLISE				
Planejamento da Contratação	Seleção do Fornecedor	Gestão do contrato		
RISCO 01: Atraso na entrega ou entrega parcial dos itens				
Problemas logísticos da empresa contratada ou ruptura de estoque do fabricante.				
Probabilidade				
Muito baixa	Baixa	Média X	Alta	Muito Alta
Impacto				
Insignificante	Pequeno X	Moderado	Grave	Gravíssimo
Classificação				
Pequeno	Moderado X	Alto	Extremo	
Danos:				
Quebra do cronograma institucional, com risco de perda de recurso e de produtividade.				
Ações Preventivas		Responsável		
Estabelecer cronograma de entregas parceladas conforme a necessidade e monitorar prazos de vencimento.		Gerência de Serviços Compartilhados		
Ações de Contingência		Responsável		
Aplicar multa contratual e, se necessário, rescindir o contrato.		Fiscal Técnico/Gestor do Contrato		
RISCO 02: Entrega de material com qualidade inferior ou fora da especificação				
Tentativa do fornecedor de reduzir custos entregando marcas de 2ª linha ou produtos frágeis.				
Muito baixa X	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
Impacto				
Insignificante	Pequeno X	Moderado	Grave	Gravíssimo
Classificação				
Pequeno X	Moderado	Alto	Extremo	
Danos:				
Desgaste operacional, recusa de recebimento e prejuízo à rotina escolar/administrativa.				
Ações Preventivas		Responsável		
Designar fiscal de contrato atuante para conferir o material lote a lote no ato da		Secretaria requisitante		



entrega, confrontando com a amostra/marca vencedora.	
Criar métodos e rotinas que permitam intensificar a fiscalização contratual a fim de reduzir a possibilidade de problema na execução	Fiscal Técnico/Gestor do Contrato
Ações de Contingência	Responsável
Notificar a empresa para substituição imediata dos itens recusados sob pena de sanções.	Secretaria requisitante
RESPONSÁVEL(IS) PELO MAPA DE RISCOS	
Nome: Helio Luiz Pimentel Junior 	Cargo: CHEFE SETOR Secretaria Municipal de Planejamento Desenvolvimento e Gestão – Gerência de Serviços Compartilhados
DATA: 02/10/2026	

APROVO ESTE MAPA DE RISCO E DECLARO QUE TENHO CONHECIMENTO DE TODAS AS SUAS CARACTERÍSTICAS, RATIFICANDO, NESTE ATO, O SEU INTEGRAL CONTEÚDO.

Sabará, 02 de outubro de 2026.


Gisele dos Reis Crispim
Gerência de Serviços Compartilhados
Coordenadora de Aquisições



MATRIZ DE CLASSIFICAÇÃO DE NÍVEL DE RISCO

MATRIZ DE RISCO						
IMPACTO	Gravíssimo 5	Risco moderado 5	Risco Alto 10	Risco Alto 15	Risco Extremo 20	Risco Extremo 25
	Grave 4	Risco moderado 4	Risco moderado 8	Risco Alto 12	Risco Extremo 16	Risco Extremo 20
	Moderado 3	Risco Pequeno 3	Risco moderado 6	Risco Alto 9	Risco Alto 12	Risco Alto 25
	Pequeno 2	Risco Pequeno 2	Risco moderado 4	Risco moderado 6	Risco moderado 8	Risco Alto 10
	Insignificante 1	Risco Pequeno 1	Risco Pequeno 2	Risco pequeno 3	Risco moderado 4	Risco moderado 5
		Muito Baixa 1	Baixa 2	Média 3	Alta 4	Muito Alta 5
PROBABILIDADE						



TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

Previsão no PCA	Ação nº 3527/2026
Nível de prioridade conforme PCA	Alta

1 – OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO:

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de material escolar e de expediente, visando suprir as demandas das unidades de ensino da Rede Pública do Município, mediante adesão à Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico nº 07/2025, gerenciada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Paraibuna - CIMPAR, destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, com fulcro na Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CEP	UN. MEDIDA	QUANT.
1	PROJETOR MULTIMÍDIA , 4000 LUMENS, WI-FI, POSSUI 2 PORTAS HDMI, PARA CONECTIVIDADE DIGITAL, MULTIPLATAFORMA, RESOLUÇÃO SVGA DE 800 X 600 DPI, CONTRASTE 20000:1, PROJEÇÃO 0,80 A 10 METROS (30" - 350"), 100/240V – BIVOLT AUTOMÁTICO.	097.08.0130	UND	394
2	TELA PROJEÇÃO TELA PARA PROJEÇÃO BRANCA COM VERSO PRETO BLACKOUT E ESTOJO DE ARMAZENAMENTO BRANCO /BORDAS PRETAS PARA MELHOR ENQUADRAMENTO DA IMAGEM. DIMENSÕES: 2,03 X 1,52M COMPOSIÇÃO: FERRO E PVC BRANCO VOLTAGEM: 220V AJUSTE DE ALTURA: SIM	097.08.0131	UND	394
3	NOTEBOOK 6 NÚCLEOS E 12 THREADS, SSD 256GB, 8GB, DDR4 2400MHZ, ENTRADA RJ-45, PLACA DE VÍDEO.	097.08.0132	UND	394
4	CAIXA DE SOM 400W, POTÊNCIA: 400W RMS, MÚLTIPLAS CONEXÕES (USB/AUX/MIC/GUITAR), TRANSMISSÃO VIA BLUETOOTH	097.07.0051	UND	394

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. Os quantitativos previstos para esta contratação encontram-se devidamente justificados no ETP, considerando a expectativa da necessidade.

1.4. Parcelamento do objeto:

1.4.1. A opção pelo não fracionamento da contratação na presente licitação se fundamenta no princípio da indivisibilidade dos produtos, que deverão ser fornecidos por um único fornecedor, evitando situações conflitantes, dificuldades na fiscalização, responsabilização, controle e gestão dos serviços.



1.4.2. Além disso, a escolha está em conformidade com a Lei 14.133/2021, reforçando os princípios de eficiência, competitividade e economicidade nas contratações públicas.

1.5. Exclusividade ME – Micro Empresa / EPP – Empresa de Pequeno Porte:

NÃO SE APLICA – O valor estimado da contratação é superior a R\$ 80.000,00, dessa forma, a licitação não será exclusiva para ME e EPP.

1.6. RESERVA DE COTA - Benefício ME – Micro Empresa/EPP – Empresa de Pequeno Porte:

NÃO SE APLICA – O objeto a ser contratado não é divisível e/ou incidência das hipóteses do artigo 49, II, III, IV da LC 123/2006: “II – não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; IV – a licitação for dispensável ou inexigível.

2- DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

2.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de Projetor multimídia, Tela de projeção, notebook, Caixa de som, destinados à montagem de 394 kits de informatização, compostos por uma unidade de cada item do Lote 07, destinado para a instalação e utilização nas salas de aula das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Sabará.

2.2. Os materiais serão destinados à estruturação e à modernização da infraestrutura tecnológica das unidades escolares, permitindo a disponibilização de recursos de informática para apoio às atividades pedagógicas, ao desenvolvimento de práticas educacionais digitais e ao processo de ensino e aprendizagem.

2.3. A contratação será realizada mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 10/2025 – Processo Licitatório nº 13/2025 - Pregão Eletrônico nº 07/2025, cujo objeto é aquisição de material do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Paraibuna — CIMPAR, com recursos provenientes da Transferência Especial SIGCON-Saída nº 1261003478/2026, destinada à aquisição de equipamentos e mobiliário escolar — Kit de Informática — para atendimento da Rede Municipal de Ensino de Sabará.

2.4. A contratação visa atender às necessidades das unidades escolares, proporcionando melhores condições para o desenvolvimento das atividades pedagógicas por meio da modernização da infraestrutura tecnológica. A aquisição dos materiais é essencial para ampliar o acesso aos recursos digitais, fortalecer o processo de ensino e aprendizagem e promover ambientes educacionais mais adequados, atrativos e inclusivos para estudantes e profissionais da educação.

2.5. O CONSÓRCIO PÚBLICO MULTIFINALITÁRIO DO VALE PARAIBUNA – CIMPAR, inscrito no CNPJ sob o nº 21.565.740/0001-45, representado por seu Presidente, Sr. DAVID CARVALHO PIMENTA, e a empresa TUDO MAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 45.830.795/0001-01.

2.6. Adquirir materiais de informatização destinados às unidades escolares da rede municipal de ensino, visando modernizar a infraestrutura tecnológica das salas de aula, ampliar o acesso às tecnologias digitais, garantir a continuidade das atividades pedagógicas e administrativas e proporcionar melhores condições para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

2.7. A contratação tem como objetivos específicos:



- modernizar a infraestrutura tecnológica das unidades escolares;
- ampliar o acesso de estudantes e profissionais da educação aos recursos tecnológicos;
- fortalecer as práticas pedagógicas por meio da utilização de tecnologias educacionais;
- promover a inclusão digital e o desenvolvimento das competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- viabilizar o atendimento as diretrizes da computação na Educação Básica – Complemento à BNCC, por meio da estruturação progressiva de um kit de informática para cada sala de aula do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos finais -, cuja infraestrutura conforme a organização e a realidade das Unidades Escolares, também beneficiará indiretamente os estudantes da educação infantil e da Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJA;
- aprimorar os processos administrativos e a gestão escolar;
- substituir ou complementar equipamentos insuficientes ou tecnologicamente defasados;
- assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços educacionais.

2.8. Espera-se, com a contratação, proporcionar ambientes educacionais mais modernos, eficientes e inclusivos, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino ofertado pela rede municipal, em conformidade com a Lei nº 9.394/1996 (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e os princípios da eficiência, da continuidade e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação decorre da necessidade de modernizar e ampliar a infraestrutura tecnológica das unidades escolares da rede municipal de ensino, por meio da aquisição de materiais destinados à montagem de kits de informatização para as salas de aula. A demanda foi identificada em razão da insuficiência de recursos tecnológicos atualmente disponíveis, o que compromete o desenvolvimento das atividades pedagógicas, administrativas e de apoio ao ensino.

2.2. A disponibilização de equipamentos e materiais de informatização é indispensável para fortalecer o processo de ensino e aprendizagem, possibilitando a utilização de recursos tecnológicos que favoreçam a inovação das práticas pedagógicas, a inclusão digital e o desenvolvimento das competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, esses recursos contribuem para aprimorar a gestão escolar, a comunicação institucional e o suporte às atividades desenvolvidas por professores, estudantes e equipe administrativa.

2.3. A necessidade da contratação encontra respaldo na Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), que estabelece, em seu artigo 4º, como dever do Estado assegurar padrões mínimos de qualidade do ensino, compreendidos como a variedade e a quantidade de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, a disponibilização de recursos tecnológicos constitui elemento essencial para garantir uma educação pública de qualidade.

2.4. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a importância da integração das tecnologias digitais ao processo educacional, promovendo o desenvolvimento de



competências relacionadas ao uso crítico, ético e responsável das tecnologias, bem como incentivando práticas pedagógicas inovadoras e alinhadas às demandas da educação contemporânea.

2.5. Da mesma forma, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) estabelece metas voltadas à melhoria da qualidade da educação, prevendo investimentos em infraestrutura, equipamentos e recursos tecnológicos capazes de contribuir para a modernização das unidades escolares e para o fortalecimento dos processos de ensino e aprendizagem.

2.6. Assim, a presente contratação visa suprir as necessidades identificadas nas unidades escolares da rede municipal, proporcionando melhores condições para o desenvolvimento das atividades educacionais, ampliando o acesso às tecnologias digitais, promovendo a inclusão digital e garantindo um ambiente escolar mais moderno, eficiente e adequado às necessidades de estudantes, professores e demais profissionais da educação.

3- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

3.1. A contratação por meio da adesão à Ata de Registro de Preços revela-se como a alternativa mais eficiente, segura e juridicamente adequada para atendimento da necessidade administrativa apresentada pela Secretaria Municipal de Segurança Pública de Sabará/MG, consistindo no fornecimento do objeto da contratação, com flexibilidade, economicidade e respaldo legal.

3.2. Do ponto de vista econômico e operacional, a solução apresenta clara vantajosidade em comparação com outras alternativas avaliadas. Os preços estabelecidos pela ata de registro de preço são definidos com base em ampla pesquisa de mercado e refletem valores compatíveis.

3.3. A contratação permite, ainda, resposta célere às demandas emergenciais, conferindo agilidade e continuidade à prestação dos serviços públicos essenciais, sem prejuízo à legalidade e com total controle administrativo sobre a execução.

3.4. Diante de todo o exposto, conclui-se que a contratação se encontra plenamente amparada no ordenamento jurídico, tecnicamente fundamentada, economicamente vantajosa e estrategicamente adequada à realidade do Município de Sabará/MG, devendo ser formalizada nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos correlatos.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. A contratação dar-se-á por meio de ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO, com fulcro no Artigo 86, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

...

*§ 2º Se não participarem do procedimento previsto no **caput** deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;



II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei;

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.1.2. A execução do objeto ocorrerá, mediante o fornecimento de materiais e equipamentos de informatização destinados à montagem de kits de informatização para as salas de aula das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Sabará, em estrita conformidade com as especificações técnicas, os quantitativos, os valores, os prazos e as demais condições estabelecidas no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços nº 12/2025 e no instrumento contratual.

4.1.3. O fornecimento será realizado de forma integral, em parcela única, mediante emissão de Ordem de Fornecimento pela Administração, desde que essa condição esteja de acordo com o previsto no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual. A Ordem de Fornecimento indicará, conforme necessário, os itens, quantitativos, locais de entrega e demais informações necessárias à execução do fornecimento.

4.1.4. A contratada deverá entregar os materiais nos locais indicados pela Administração, dentro do prazo estabelecido na Ordem de Fornecimento e no instrumento contratual, observadas as condições de transporte, acondicionamento, armazenamento e segurança necessárias à preservação da integridade dos produtos.

4.1.5. Os materiais deverão ser entregues novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, devidamente acondicionados em embalagens apropriadas, acompanhados de nota fiscal, manuais de utilização e demais documentos exigidos, bem como dos certificados, registros, licenças ou comprovantes de conformidade eventualmente previstos na legislação ou nas especificações do objeto.

4.1.6. No ato da entrega, os materiais serão submetidos à conferência quantitativa e qualitativa pela Administração, que verificará sua conformidade com as especificações, marcas ou referências eventualmente admitidas, quantidades, condições de funcionamento e demais requisitos estabelecidos na contratação. O recebimento provisório não implicará a aceitação definitiva dos produtos nem afastará a responsabilidade da contratada pela sua qualidade e conformidade.

4.1.7. Constatada qualquer divergência, avaria, defeito, inadequação ou desconformidade com as exigências da contratação, a Administração poderá recusar o recebimento dos materiais, total ou parcialmente, devendo a contratada providenciar, às suas expensas e no prazo estabelecido pela fiscalização, a substituição ou regularização dos itens recusados, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas e sanções cabíveis.

4.1.8. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação do atendimento integral das condições contratadas, mediante atesto do responsável pelo acompanhamento ou pela fiscalização da contratação, observado o procedimento previsto no Termo de Referência e no instrumento contratual.

4.1.9. A contratada será responsável por todos os custos relacionados ao fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e demais despesas necessárias à entrega dos materiais nos locais indicados pela Administração.

4.1.10. Os materiais deverão ser acompanhados dos respectivos termos e condições de garantia, quando aplicáveis, observados os prazos estabelecidos pelo fabricante, pela legislação vigente, pelo Termo de Referência, pela Ata de Registro de Preços e pelo instrumento contratual. Durante o período de garantia, a contratada deverá providenciar, sem



ônus para a Administração, a correção de defeitos ou a substituição dos itens que apresentarem vícios, falhas ou funcionamento inadequado, conforme as condições estabelecidas na contratação.

4.2. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

4.2.1. Possíveis impactos ambientais relativos à aquisição de equipamentos:

4.2.1.1. A aquisição de eletrodomésticos, impressoras e outros equipamentos eletrônicos pode gerar diversos impactos ambientais ao longo de todo o ciclo de vida desses produtos, desde a extração da matéria-prima até o descarte final.

4.2.1.2. Esses impactos envolvem consumo de recursos naturais, emissão de poluentes, geração de resíduos e aumento do consumo energético.

4.2.1.3. Um dos principais impactos ocorre na fase de fabricação, uma vez que, a produção de eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos exige grande quantidade de matérias-primas, como metais, plástico, vidro e componentes eletrônicos.

4.2.1.4. A extração desses recursos naturais pode provocar desmatamento, degradação do solo, contaminação da água e perda da biodiversidade e além disso, processos industriais demandam elevado consumo de energia e água, contribuindo para a emissão de gases de efeito estufa e para o aquecimento global.

4.2.1.5. Outro aspecto relevante é o transporte desses produtos, uma vez que, muitos equipamentos são fabricados em locais distantes dos centros consumidores, exigindo transporte rodoviário, marítimo ou aéreo e esse deslocamento gera emissões de dióxido de carbono (CO₂) e outros poluentes atmosféricos, aumentando os impactos ambientais associados ao consumo.

4.2.1.6. Durante o uso dos equipamentos, também há impactos importantes, visto que, eletrodomésticos antigos ou menos eficientes consomem maior quantidade de energia elétrica, o que pode aumentar a demanda por geração de energia, especialmente em sistemas dependentes de combustíveis fósseis.

4.2.1.7. Impressoras, por exemplo, além do consumo de energia, utilizam cartuchos de tinta e papel, contribuindo para a geração de resíduos sólidos e para o consumo de recursos florestais.

4.2.1.8. O descarte inadequado desses equipamentos representa outro grande problema ambiental, chamado lixo eletrônico, que contém substâncias tóxicas, como chumbo, mercúrio e cádmio, que podem contaminar o solo e os lençóis freáticos quando descartados incorretamente.

4.2.1.9. Além disso, muitos componentes eletrônicos possuem baixa taxa de reciclagem, aumentando o volume de resíduos acumulados em aterros sanitários.

4.2.1.10. Outro impacto associado é a obsolescência programada e o consumo excessivo, pois, a constante substituição de aparelhos por modelos mais modernos estimula o aumento da produção industrial e da geração de resíduos, mesmo quando os equipamentos antigos ainda possuem condições de uso.

4.2.2. Mitigação dos impactos ambientais relativos à aquisição de equipamentos:

4.2.2.1. As medidas mitigadoras relacionadas aos impactos ambientais causados pela aquisição e utilização de eletrodomésticos, impressoras e outros equipamentos eletrônicos têm como objetivo reduzir os danos ao meio ambiente em todas as etapas do ciclo de vida desses produtos. Essas medidas envolvem ações de planejamento, consumo consciente, eficiência energética, reutilização e descarte adequado.



4.2.2.2. Uma das principais medidas mitigadoras é a adoção de critérios sustentáveis na aquisição dos equipamentos, dando preferência por produtos com selo de eficiência energética, como os classificados pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), contribui para a redução do consumo de energia elétrica e, consequentemente, diminui a emissão indireta de gases de efeito estufa, além disso, a escolha de equipamentos mais duráveis, com maior vida útil e possibilidade de manutenção, reduz a necessidade de substituições frequentes.

4.2.2.3. Outra medida importante é a racionalização do consumo, uma vez que, o uso consciente dos equipamentos, desligando aparelhos quando não estiverem em uso e utilizando modos econômicos de operação, reduz o desperdício de energia.

4.2.2.4. A reutilização e a manutenção preventiva também são medidas eficazes, já que, equipamentos em bom estado podem ser reaproveitados por outros setores, doados ou reconicionados, prolongando sua vida útil e reduzindo a geração de resíduos eletrônicos, sendo certo que, a manutenção periódica evita falhas prematuras e melhora o desempenho energético dos aparelhos.

4.2.2.5. O gerenciamento adequado dos resíduos eletrônicos é outra medida fundamental, uma vez que, equipamentos inutilizados devem ser encaminhados para empresas especializadas em reciclagem ou para pontos de coleta autorizados, garantindo a destinação ambientalmente correta dos componentes, o que reduz os riscos de contaminação do solo e da água por metais pesados e substâncias tóxicas presentes nos eletrônicos.

4.2.2.6. Também é importante que fabricantes e fornecedores adotem práticas de logística reversa, promovendo o recolhimento de equipamentos antigos, cartuchos e baterias para reciclagem ou reaproveitamento de materiais, o que contribui para a economia circular e para a redução da extração de recursos naturais.

4.2.2.7. Além disso, ações de educação ambiental e conscientização dos usuários são essenciais para incentivar práticas sustentáveis no ambiente doméstico e corporativo, tais como campanhas educativas, que podem estimular hábitos de consumo responsável e descarte adequado dos resíduos eletrônicos.

4.2.2.8. Por fim, a adoção de políticas institucionais de sustentabilidade, incluindo compras verdes e critérios ambientais em processos de aquisição, fortalece a redução dos impactos ambientais associados ao uso de equipamentos eletroeletrônicos. Assim, a implementação dessas medidas mitigadoras contribui significativamente para minimizar os impactos ambientais, promover o uso racional dos recursos naturais e incentivar práticas mais sustentáveis de consumo e gestão de resíduos.

4.2.3. O atendimento aos critérios de sustentabilidade previstos nesta cláusula não deverá comprometer a qualidade, a segurança da informação e a eficiência dos serviços contratados.

4.3. DA SUBCONTRATAÇÃO

4.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

4.4. DA GARANTIA DO CONTRATO

4.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

- a) o baixo risco de inadimplemento;
- b) a inexistência de fornecimento de bens de alto valor agregado;



- c) possibilidade de acompanhamento e fiscalização contínua da execução contratual pela Administração.

4.4.2. A não exigência de garantia não exime a CONTRATADA do cumprimento integral das obrigações assumidas, nem afasta a aplicação das sanções administrativas previstas na legislação vigente e no instrumento contratual, em caso de descumprimento.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. A execução da contratação ocorrerá mediante o fornecimento de materiais e equipamentos de informatização destinados à montagem de kits de informatização para as salas de aula das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Sabará, em estrita conformidade com as especificações técnicas, os quantitativos, os valores, os prazos e as demais condições estabelecidas no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços nº 12/2025 e no instrumento contratual.

5.2. O fornecimento será realizado de forma integral, em parcela única, mediante emissão de Ordem de Fornecimento pela Administração, desde que essa condição esteja de acordo com o previsto no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual. A Ordem de Fornecimento indicará, conforme necessário, os itens, quantitativos, locais de entrega e demais informações necessárias à execução do fornecimento.

5.3. A contratada deverá entregar os materiais nos locais indicados pela Administração, dentro do prazo estabelecido na Ordem de Fornecimento e no instrumento contratual, observadas as condições de transporte, acondicionamento, armazenamento e segurança necessárias à preservação da integridade dos produtos.

5.4. Os materiais deverão ser entregues novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, devidamente acondicionados em embalagens apropriadas, acompanhados de nota fiscal, manuais de utilização e demais documentos exigidos, bem como dos certificados, registros, licenças ou comprovantes de conformidade eventualmente previstos na legislação ou nas especificações do objeto.

5.5. No ato da entrega, os materiais serão submetidos à conferência quantitativa e qualitativa pela Administração, que verificará sua conformidade com as especificações, marcas ou referências eventualmente admitidas, quantidades, condições de funcionamento e demais requisitos estabelecidos na contratação. O recebimento provisório não implicará a aceitação definitiva dos produtos nem afastará a responsabilidade da contratada pela sua qualidade e conformidade.

5.6. Constatada qualquer divergência, avaria, defeito, inadequação ou desconformidade com as exigências da contratação, a Administração poderá recusar o recebimento dos materiais, total ou parcialmente, devendo a contratada providenciar, às suas expensas e no prazo estabelecido pela fiscalização, a substituição ou regularização dos itens recusados, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas e sanções cabíveis.

5.7. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação do atendimento integral das condições contratadas, mediante atesto do responsável pelo acompanhamento ou pela fiscalização da contratação, observado o procedimento previsto no Termo de Referência e no instrumento contratual.

5.8. A contratada será responsável por todos os custos relacionados ao fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e demais despesas necessárias à entrega dos materiais nos locais indicados pela Administração.



5.9. Os materiais deverão ser acompanhados dos respectivos termos e condições de garantia, quando aplicáveis, observados os prazos estabelecidos pelo fabricante, pela legislação vigente, pelo Termo de Referência, pela Ata de Registro de Preços e pelo instrumento contratual. Durante o período de garantia, a contratada deverá providenciar, sem ônus para a Administração, a correção de defeitos ou a substituição dos itens que apresentarem vícios, falhas ou funcionamento inadequado, conforme as condições estabelecidas na contratação.

5.10. ENTREGA DOS KITS DE INFORMÁTICA

5.10.1. A contratação deverá contemplar o fornecimento e a entrega dos kits de informática, devidamente acondicionados, identificados e em perfeitas condições de uso, observadas as especificações técnicas constantes do processo de contratação

- Os materiais fornecidos deverão ser novos, originais, de primeiro uso, sem qualquer indício de utilização anterior, atendendo às especificações técnicas, às normas aplicáveis de qualidade e segurança e aos requisitos mínimos de desempenho e compatibilidade exigidos para utilização no ambiente escolar;
- A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão formalmente designada, nos termos da Lei nº 14.133/2021, cabendo-lhe verificar a conformidade dos materiais entregues com as especificações previstas no Termo de Referência, registrar eventuais ocorrências e atestar o recebimento do objeto. Constatadas irregularidades, a contratada deverá promover a substituição dos itens recusados, sem qualquer ônus para o Município, no prazo estabelecido no instrumento contratual;
- Substituir, sem ônus para a Administração, qualquer item que apresentar defeito de fabricação, avaria, divergência de especificação ou quantidade inferior à contratada;
- Disponibilizar manuais, instruções de uso e certificados exigidos, quando aplicáveis.

5.10.2. Os materiais serão entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, localizado no Município de Sabará/MG, NA Rua C, nº 350, Distrito Industrial, Simão da Cunha, Sabará/MG, em dia e horário previamente definidos pela Administração.

5.10.3. A montagem, organização, distribuição e utilização dos kits de informática nas unidades escolares serão realizadas posteriormente pelas próprias equipes pedagógicas, professores e demais servidores das unidades de ensino, não sendo exigidos da contratada serviços de instalação ou montagem dos materiais.

5.10.4. A entrega deverá observar os prazos estabelecidos no instrumento contratual, garantindo o adequado atendimento das demandas pedagógicas da Rede Municipal de Ensino

- O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas: **provisoriamente**, para conferência quantitativa e verificação das condições aparentes dos materiais, e **definitivamente**, após a verificação da conformidade das especificações técnicas, da qualidade e do pleno atendimento às exigências contratuais, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

5.10.5. A execução da contratação deverá observar os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, assegurando o fornecimento tempestivo dos materiais de informatização necessários à modernização da infraestrutura tecnológica das unidades escolares e ao adequado desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas da rede municipal de ensino.

6 - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:



6.1. O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

6.1.1. **GESTOR DO CONTRATO:** Girlene Aparecida Acoroni Oliveira, matrícula nº 24.069, e-mail: compras.educacao@sabara.mg.gov.br telefone: (31) 3672-7712;

6.1. 2. **FISCAIS DO ADMINISTRATIVO:** Helton Lucas Romualdo, matrícula nº 33.637, e-mail: compras.educacao@sabara.mg.gov.br telefone: (31) 3672-7712;

6.1.3. **FISCAIS TÉCNICO:** Tatiane Beatriz Pereira, matrícula nº 32.941, e-mail: compras.educacao@sabara.mg.gov.br telefone: (31) 3672-7712;

6.2. O objeto deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.4.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.4.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

6.7. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

6.9.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade

6.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Gestor do Contrato convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano



complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao Cadastro de Fornecedores do DEMAÉ – CFD.

6.11.1. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débito Municipal e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no CFM.

6.12. Além do disposto acima, a gestão e fiscalização contratual obedecerá às disposições previstas no Decreto Municipal nº 1.931/2023.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

7.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1.1. O recebimento provisório, após verificação de conformidade e consequente aceitação, será considerado definitivo em até 10 (dez) dias, contados do recebimento

7.2. PAGAMENTO

7.2.1. O pagamento será efetuado com a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, tendo sido cumpridos todos os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, devidamente atestada.

7.2.2. O valor da Nota Fiscal/fatura deverá ser o mesmo consignado na Nota de Empenho, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido prazo para a empresa fornecedora fazer a substituição da nota fiscal.

7.2.3. O pagamento será efetuado pela contratante no prazo de até 05 (cinco) dias contados da data do recebimento, e será feito mediante depósito ou ordem bancária para crédito na conta corrente da empresa contratada

8 - OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

8.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1.1. Prestar os serviços no prazo e municípios indicados pelo CIMPARG, em estrita observância às especificações contidas neste termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.

8.1.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.5. Comunicar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a prestação de serviços, quaisquer motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.6. Manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com as condições de habilitação e qualificação exigidas para licitação;



8.1.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar quaisquer das prestações a que se está obrigada, exceto nas condições autorizadas;

8.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia ou quaisquer outros que incidam ou venham a incidir na execução do objeto.

8.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.2.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado; e

8.2.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.2.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 5.588.700,88** (cinco milhões quinhentos e oitenta e oito mil setecentos reais e oitenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

ITENS	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
1	PROJETOR MULTIMÍDIA , 4000 LUMENS, WI-FI, POSSUI 2 PORTAS HDMI, PARA CONECTIVIDADE DIGITAL, MULTIPLATAFORMA, RESOLUÇÃO SVGA DE 800 X 600 DPI, CONTRASTE 20000:1, PROJEÇÃO 0,80 A 10 METROS (30" - 350"), 100/240V – BIVOLT AUTOMÁTICO.	UND	394	R\$4.982,75	R\$1.963.203,50
2	TELA PROJEÇÃO TELA PARA PROJEÇÃO BRANCA COM VERSO PRETO BLACKOUT E ESTOJO DE ARMAZENAMENTO BRANCO /BORDAS PRETAS PARA MELHOR ENQUADRAMENTO DA IMAGEM. DIMENSÕES: 2,03 X 1,52M COMPOSIÇÃO: FERRO E PVC BRANCO VOLTAGEM: 220V AJUSTE DE ALTURA: SIM	UND	394	R\$2.274,76	R\$896.255,44
3	NOTEBOOK 6 NÚCLEOS E 12 THREADS, SSD 256GB, 8GB, DDR4	UND	394	R\$5.434,09	R\$2.141.031,46



	2400MHZ, ENTRADA RJ- 45, PLACA DE VÍDEO.				
4	CAIXA DE SOM 400W, POTÊNCIA: 400W RMS, MÚLTIPLAS CONEXÕES USB/AUX/MIC/GUITAR), TRANSMISSÃO VIA BLUETOOTH	UND	394	R\$1.492,92	R\$588.210,48
TOTAL:				R\$14.184,52	R\$5.588.700,88

10 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Incorrendo o contratado, no descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, ou ainda, nas infrações previstas no artigo 155, da Lei 14.133/2021, sujeitará às penalidades previstas no art. 156, da mesma lei federal, e aquelas da Lei Federal 12.846/2023, e regulamentadas, no âmbito do Município de Sabará-MG, pelo Decreto Municipal nº 2.226/2023, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

11 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

11.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: 02 – Executivo Municipal

Unidade Orçamentária: 013 – Secretaria Municipal de Educação

Subunidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Educação

Programa de Trabalho: 12.361.0320.2051 – Expansão da Educação por meio da Infraestrutura

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 1571 – Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos

Congêneres vinculados à Educação

Ficha: 1076

Valor: R\$368.797,52

Programa de Trabalho: 12.365.0307.2051 – Expansão da Educação por meio da Infraestrutura

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 1571 – Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos

Congêneres vinculados à Educação

Ficha: 1077

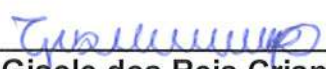
Valor: R\$5.219.903,36

Sabará, 06 de outubro de 2026.


Hélio Luiz Pimentel Júnior
Chefe de Setor
Matrícula nº 11.479

APROVO ESTE TR E DECLARO QUE TENHO CONHECIMENTO DE TODAS AS SUAS CARACTERÍSTICAS, RATIFICANDO, NESTE ATO, O SEU INTEGRAL CONTEÚDO.

Sabará, 06 de outubro de 2026.


Gisele dos Reis Crispim
Coordenadora de Aquisições
Gerência de Serviços Compartilhados

TERMO DE INTENÇÃO Nº 024/2026

A Prefeitura Municipal de Sabará torna público, por meio deste **TERMO DE INTENÇÃO Nº 024/2026, Processo Interno n.º 2809/2026**, o interesse em aderir à Ata de Registro de Preços n.º 012/2025 – **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO PARAIBUNA - CIMPAPAR**, originada do Pregão Eletrônico n.º 007/2025, Processo Administrativo n.º 013/2025. **Objeto:** Aquisição de equipamentos e mobiliário escolar. **Fornecedor: Tudo Mais LTDA**, CNPJ n.º 45.830.795/0001-01. Valor total: R\$ 5.588.700,88 (cinco milhões, quinhentos e oitenta e oito mil e setecentos reais e oitenta e oito centavos).

Sabará, 19 de outubro de 2026.

Jenifer Lourenço Borges Vieira
Secretária Municipal de Educação